

Economista prevê perdas salariais

Rio — O economista José Márcio Camargo, da PUC-Rio, previu ontem mais perdas salariais para os trabalhadores a partir da desindexação da economia. Sua avaliação é de que somente as categorias mais organizadas terão poder de reivindicar e diminuir o prejuízo.

Assessor informal do ministro Paulo Paiva, do Trabalho, Camargo falou no seminário “Um ano de real”, promovido pelo Conselho e pelo Sindicato dos Economistas do Rio, sobre o tema “Desindexação: Utopia ou Triste Realidade?”.

Para Camargo, o quadro hoje está mais para triste realidade. Ele acredita que o mais provável no segundo ano do real é ocorrer uma redução do nível de atividade — “o que não significa provocar recessão” —, acompanhada do seu efeito mais cruel, o aumento da taxa de desemprego.

Para o economista, enquanto a inflação se mantiver nos patamares atuais, de 35% ao ano, haverá demanda dos trabalhadores pelo índice passado.

Mas, mesmo sendo uma meta do governo, lembrou que não há perspectiva ou indícios de que, no próximo ano, a inflação caia para algo próximo de 10% e, por isso, “naturalmente surgirão mecanismos informais de indexação”.

Sindicatos — A Força Sindical não deve concordar integralmente com a proposta do Dieese para a política salarial do próximo ano, que prevê uma “inflação civilizada” fixada num valor e reposição automática apenas acima desse número, na data-base, acrescido ao resíduo do IPC-r.

Essa “inflação civilizada” (por exemplo, 15% ao ano) seria reposta somente mediante negociação entre empresa e trabalhadores. Se a inflação ficar abaixo disso, não fica nada garantido e vale a livre negociação.

“Os trabalhadores não vão concordar em perder essa inflação”, afirma Paulo Pereira da Silva, diretor da Força Sindical e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

“Sou pela livre negociação total, porque quando a inflação chegar nos 5% os metalúrgicos já estão fazendo greve, com ou sem a minha vontade”, explicou.

Paulinho aprovou, no entanto, a proposta do Dieese para aumento do salário mínimo. Ela prevê aumentos semestrais do mínimo até chegar a R\$ 245,00 em novembro de 98, pelos valores de hoje.